União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos

Município de Felgueiras

Anexos

Ata nº 51

Reúnião Executiva
14.05.2025

Poente - 40
Nascente - 38
Norte - 31
Sul - 47

(2.1)

União das Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Exmo. Senhor Presidente da
União das Freguesias de
Macieira da Lixa e Caramos

Requerimento de Averbamento de Terrenos no Cemitério

Contribuinte 156635496

Nome Inácio Rebelo

Morada Rua de CRestins de Cima, 660

Código Postal 4615 | 407 Macieira da Lixa

Telefone D. Rosa Rebelo 912162002 **E-mail**

Estado Civil Viúvo

Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão 03719307 **Emissão/ Validade** 03-08-2031 **Entidade Emissora** Rep Portuguesa

Na qualidade de:

- [x] Requerente
- [ ] Testamenteiro
- [ ] Cônjuge Sobrevivo
- [ ] Condições análogas às do Cônjuge
- [ ] Herdeiro
- [ ] Familiar
- [ ] Outra

Qual? _____

Requer à União das Freguesias:

- [x] **A concessão, por alvará, do direito à ocupação permanente de terreno, de um(a)** jazigo [1] **no Cemitério de** Macieira da Lixa [2], **da Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos.**
- [ ] **O averbamento, por herança, do alvará de concessão de terreno, de um(a)** _____ [1], **localizado no coval** _____ **do talhão** _____ **do Cemitério** _____ [2], **da Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos**

(Anexar a declaração de autorização de averbamento por herança de alvará de concessão de terreno no cemitério, no caso de o concessionário ainda ser vivo).

Data _____

[1] Jazigo ou Sepultura ou Capela; [2] Identificação do Cemitério. **Assinatura** Inácio Rebelo

União das Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

IDENTIFICAÇÃO DAS INUMAÇÃO (se aplicável)

Localização: Coval 39 Talhão 6

Identificação 1:

Nome Eulália de Lemos Pereira

Data de Nascimento

Data de Falecimento 19-04-2025

Inumação Efetuada em 20-04-2025

Identificação 2:

Nome

Data de Nascimento

Data de Falecimento

Inumação Efetuada em

Identificação 3:

Nome

Data de Nascimento

Data de Falecimento

Inumação Efetuada em

Reservado aos Serviços da União:

Alvará de Concessão de terreno nº _____ **de** _____

Valor: _____ **€ Pago pela Guia de Recebimento nº** _____

TERMO DE ACEITAÇÃO

Apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas

«Bilha Solidária» e «Botija de Gás Solidária»

ENTRE:

ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, Pessoa Coletiva nº 502 176 482, com sede na Rua José Ribeiro de Almeida, Lote C – 1º, Benedita em Alcobaça, e escritório no Palácio da Mitra, Rua do Açúcar, n.º 56, 1950-009 Lisboa, neste ato representada por Jorge Manuel Lebre da Costa Veloso, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, em nome do qual outorga o presente Termo de Aceitação, no uso da competência que lhe é conferida pelos respetivos Estatutos.

E

União das Freguesias / Freguesia Macieira da Lixa e Cazamos, NIPC nº 510837662 com sede Rua das Perreiras, nº 79, Concelho Felgueiras, Distrito Porto, neste ato representada por Marco César Teixeira da Silva, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, e seu representante legal.

Considerando que:

a) Nos termos do Quadro 4 do Despacho n.º 3143-B/2022, de 11 de março, publicado no Diário da República n.º 51, 2.ª série, de 14 de março de 2022, na sua redação atual, o **FUNDO** deverá apoiar os consumidores domésticos, na aquisição de gás engarrafado, mediante protocolo a celebrar, até ao montante máximo de € 2.000.000 (dois milhões de euros);

b) O Despacho n.º 12230/2022, de 19 de outubro, do Gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, aprova o Regulamento da 2.ª Fase do Apoio Extraordinário e Excecional aos Consumidores Domésticos Beneficiários de Tarifa Social de Energia Elétrica ou de Prestações Sociais Mínimas na Aquisição de Gás de Petróleo Liquefeito Engarrafado;

c) Para o efeito, foi outorgado em 02-11-2022 o Protocolo entre o Fundo Ambiental e a ANAFRE, o qual visa estabelecer os termos e as condições de colaboração entre os Outorgantes, tendo em vista a operacionalização do pagamento do apoio de 10 € na aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica, ou em cujo agregado de acordo com as especificações constantes no Anexo II a este Protocolo e que dele faz parte integrante;

d) A Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que publicou o Orçamento do Estado para 2023, estabeleceu no seu Artigo 213.º que: "Em 2023, o Governo aumenta a dotação global para o Apoio Extraordinário e Excecional aos Consumidores Domésticos Beneficiários de Tarifa Social de Energia Elétrica ou de Prestações Sociais Mínimas na Aquisição de Gás de Petróleo Liquefeito Engarrafado, previsto no n.º 5 do Despacho n.º 11334 -A/2022, de 21 de setembro, denominado «Bilha Solidária», para 3 000 000 €.";

e) Havendo continuidade deste programa de apoio, foi necessário atualizar, em conformidade, o Protocolo outorgado entre o Fundo Ambiental e a ANAFRE, através de adenda ao Protocolo outorgada em 01-02-2023, que prorrogou o programa até dezembro de 2023;

f) Conforme Despacho n.º 2062-A/2024, de 21 de fevereiro, publicado no Diário da República n.º 38, 2.ª Série, de 22 de fevereiro, que aprova o orçamento do Fundo Ambiental para 2024, este apoio vigorará até dezembro de 2024;

g) Havendo continuidade deste programa de apoio, foi necessário atualizar, em conformidade, o Protocolo entre o Fundo Ambiental e a ANAFRE, através de 2.ª adenda ao Protocolo outorgada em 09-05-2024, que prorrogou o programa até dezembro de 2024;

h) Mantendo-se a tendência de escalada dos preços dos combustíveis, importa assegurar a replicação dos apoios extraordinários, e não tendo sido executada a totalidade da verba transferida para o Segundo Outorgante e havendo continuidade deste programa de apoio, é necessário atualizar em conformidade a 2.ª adenda ao Protocolo, outorgada a 09-05-2024;

i) A autorização para a assunção pelo Fundo Ambiental dos encargos financeiros plurianuais, foi concedida pela Portaria n.º 484/2024/2, publicada no Diário da República n.º 74, 2.ª série, de 15 de abril.

j) Havendo continuidade deste programa de apoio, foi necessário atualizar, em conformidade, o Protocolo entre o Fundo Ambiental e a ANAFRE, através da 3.ª adenda ao Protocolo outorgada em 28-02-2025, que prorrogou o programa até junho de 2025;

Considerando ainda que:

k) Permanecendo ainda o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, o qual tem conduzido a um aumento significativo no preço da garrafa de gás de petróleo liquefeito (GPL), importa continuar a apoiar os consumidores mais vulneráveis, pelo que será previsto no Despacho que aprova o orçamento do Fundo Ambiental um novo apoio para o ano de 2025 com uma dotação máxima de 2,5 milhões de euros;

l) O Despacho n.º 2939-A/2025, publicado no Diário da República n.º 45, suplemento 2.ª série, em 05-03-2025, retificado pela Declaração de Retificação n.º 241-A/2025/2, publicada no Diário da República n.º 47, 2.ª série, de 07-03-2025, aprova o Regulamento do apoio extraordinário e excecional denominado «Botija de Gás Solidária» e estabelece um novo apoio para o ano de 2025 com uma dotação máxima de 2,5 milhões de euros;

m) O apoio destina-se à aquisição de gás de petróleo liquefeito em garrafa (GPL), por beneficiários da tarifa social de eletricidade ou de prestações sociais mínimas e ascende a € 15 por garrafa, o qual será pago de março a dezembro de 2025, ou até que se esgote a sua dotação.

n) Caso a dotação deste apoio não se encontre esgotada, poderá o mesmo ser prorrogado para 2026 até ao limite da dotação inicialmente prevista;

o) Para o efeito, foi outorgado em 22-04-2025 o Protocolo entre o Fundo Ambiental e a ANAFRE, o qual visa estabelecer os termos e as condições de colaboração entre os Outorgantes, tendo em vista a operacionalização do pagamento do apoio de 15€ na aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica, ou cujo agregado de acordo com as especificações constantes no Anexo II a este protocolo e que dele faz parte integrante.

É celebrado o presente termo de aceitação, que se rege nos termos das cláusulas seguintes:

1 – A ANAFRE, **28 de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, assinou 3.ª adenda ao protocolo de colaboração técnica e financeira com o Fundo Ambiental denominado "Apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia**

elétrica ou das prestações sociais mínimas" com a finalidade de apoiar os consumidores domésticos, pela aquisição de gás engarrafado.

2 – A referida **adenda ao protocolo refere-se ao Despacho n.º 12230/2022, de 19 de outubro, bem como à Declaração de Retificação n.º 903-A/2022, de 26 de outubro**, dos quais extraímos os esclarecimentos e as obrigações para as partes envolvidas, **de setembro de 2022 até fevereiro de 2025**:

a) A Freguesia operacionalizará o pagamento do apoio de €10 (dez euros) na aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos com contrato de fornecimento de eletricidade, beneficiários de tarifa social de energia elétrica, ou em cujo agregado familiar um dos membros seja beneficiário de prestação social mínima, ficando o mesmo sujeito à verificação de dotação.

b) A ANAFRE irá proceder ao pagamento às Freguesias do apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos com contrato de fornecimento de eletricidade, beneficiários de tarifa social de energia elétrica, ou em cujo agregado familiar um dos membros seja beneficiário de prestação social mínima de acordo com as especificações previstas no Despacho nº 12230/2022, de 19 de outubro, na sua redação atual, do Gabinete do Ministro do Ambiente e Ação Climática, após a Freguesia efetuar o registo do apoio, obrigatoriamente em plataforma a disponibilizar pela ANAFRE, ficando o pagamento sujeito à verificação de dotação.

c) A ANAFRE e a Freguesia afetarão os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do protocolo, sem prejuízo das limitações legais ou financeiras a que esteja sujeito.

d) A ANAFRE zelará pela boa organização dos processos de gestão documental informática, comprometendo-se a disponibilizá-la às Freguesias aderentes, de forma gratuita.

e) É da responsabilidade da Freguesia o registo do apoio, obrigatoriamente numa plataforma a disponibilizar pela ANAFRE, bem como proceder à sua validação e aprovação, assegurando o cumprimento das obrigações definidas no despacho, supra identificado, bem como demais orientações.

f) A Freguesia tem direito à comparticipação do valor de €1,50 (um euro e cinquenta cêntimos) por registo de apoio concluído e pago, ficando o pagamento sujeito à verificação de dotação.

g) As partes devem guardar confidencialidade sobre toda a informação e documentação relativa à execução do protocolo e de que possam ter conhecimento no âmbito da execução do mesmo.

h) A atividade desenvolvida pelas partes e respetivos colaboradores, independentemente do vínculo contratual, encontra-se sujeita à aplicação da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (Lei da Proteção de Dados Pessoais).

i) Em caso de incumprimento pela **Freguesia**, a **ANAFRE** pode exigir a devolução das verbas transferidas para as quais não seja apresentada a devida justificação.

j) O registo dos apoios entre setembro de 2022 a fevereiro de 2025 decorre até 30 de junho de 2025.

3 – As Juntas de Freguesia tem que verificar e digitalizar a seguinte documentação a apresentar pelos beneficiários do apoio para validar a sua elegibilidade para o apoio, de **setembro de 2022 até fevereiro de 2025**:

3.1 – Relativamente aos beneficiários com TSEE;

a) Fatura da eletricidade atual em que comprove ser beneficiário da TSEE;

b) Fatura/recibo, ou recibo onde conste o respetivo número de identificação fiscal (NIF) em nome do titular do contrato de eletricidade, beneficiário da TSEE, com data compreendida entre setembro de 2022 e fevereiro de 2025, e que comprove a aquisição da garrafa de gás;

c) Cartão do Cidadão, de residente ou passaporte do titular do contrato de eletricidade beneficiário de TSEE;

d) Declaração de aceitação de tratamento de dados pessoais no âmbito do RGPD.

3.2 – Relativamente aos beneficiários que não tenham TSEE, mas em que pelo menos um membro do agregado familiar usufrui de uma das seguintes prestações sociais mínimas: **complemento solidário para idosos; rendimento social de inserção; pensão social de invalidez do regime especial de proteção na invalidez; complemento da prestação social para a inclusão; pensão social de velhice e subsídio social de desemprego**:

a) Fatura da eletricidade atual do beneficiário sem TSEE;

b) Documento comprovativo do recebimento de uma das prestações sociais mínimas referidas, com referência ao mês anterior ou ao mês do apoio;

c) Fatura/recibo, ou recibo que comprove a aquisição da garrafa de GPL com data de setembro de 2022 fevereiro de 2025, onde conste o respetivo NIF;

d) Cartão do cidadão, de residente ou passaporte do titular do contrato de eletricidade.

4 – O beneficiário deve consentir o tratamento dos seus dados pessoais para efeitos de recebimento do apoio, nos termos da declaração disponível para o efeito.

5 – O não consentimento do tratamento dos dados pelo beneficiário do apoio impede as freguesias de procederem ao pagamento do mesmo.

6 – O beneficiário pode fazer-se representar junto de qualquer junta de freguesia, devendo o representante apresentar declaração de consentimento para verificação e tratamento dos dados do beneficiário e recebimento do respetivo apoio de acordo com modelo da declaração disponível nos sítios da internet do Fundo Ambiental e da ANAFRE, e em formato de papel nas juntas de freguesia.

7 – Através do NIF, as Juntas de Freguesia validam se o beneficiário já usufruiu, ou não, do apoio em cada um dos meses elegíveis e registam os apoios concedidos.

8 – O apoio a **conferir é de €10 (dez euros)** por garrafa de GPL, com limite de uma unidade por mês de calendário e por beneficiário, de setembro de 2022 e fevereiro de 2025.

9 – As freguesias procedem ao pagamento do apoio em numerário, cheque ou transferência bancária, após apresentação da documentação e após confirmação da elegibilidade.

10 – O beneficiário deve recorrer à sua Freguesia, caso a Freguesia onde reside não tenha aderido ao apoio o cidadão deverá se dirigir a uma Freguesia aderente!

O presente termo de aceitação é também celebrado nas seguintes condições:

11 – A ANAFRE, a **22 de abril de dois mil e vinte e cinco, assinou um protocolo de colaboração técnica e financeira com o Fundo Ambiental denominado "Apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas «Botija de Gás Solidária»"** com a finalidade de apoiar os consumidores domésticos, pela aquisição de gás engarrafado.

12 – O referido Protocolo refere-se ao **Despacho n.º 2939-A/2025, de 05 de março, bem como à Declaração de Retificação n.º 241-A/2025/2, de 07 de março**, dos quais extraímos os

esclarecimentos e as obrigações para as partes envolvidas, **de março de 2025 até ao término do programa**:

a) A Freguesia operacionalizará o pagamento do apoio de €15 (quinze euros) na aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos com contrato de fornecimento de eletricidade, beneficiários de tarifa social de energia elétrica, ou em cujo agregado familiar um dos membros seja beneficiário de prestação social mínima, ficando o mesmo sujeito à verificação de dotação.

b) A ANAFRE irá proceder ao pagamento às Freguesias do apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos com contrato de fornecimento de eletricidade, beneficiários de tarifa social de energia elétrica, ou em cujo agregado familiar um dos membros seja beneficiário de prestação social mínima de acordo com as especificações previstas no Despacho nº 2939-A/2025, de 05 de março, na sua redação atual, do Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia, após a Freguesia efetuar o registo do apoio, obrigatoriamente em plataforma à disponibilizar pela ANAFRE, ficando o pagamento sujeito à verificação de dotação.

c) A ANAFRE e a Freguesia afetarão os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do protocolo, sem prejuízo das limitações legais ou financeiras a que esteja sujeito.

d) A ANAFRE zelará pela boa organização dos processos de gestão documental informática, comprometendo-se a disponibilizá-la às Freguesias aderentes, de forma gratuita.

e) É da responsabilidade da Freguesia o registo do apoio, obrigatoriamente numa plataforma a disponibilizar pela ANAFRE, bem como proceder à sua validação e aprovação, assegurando o cumprimento das obrigações definidas no despacho, supra identificado, bem como demais orientações.

f) A Freguesia tem direito à comparticipação do valor de €2 (dois euros) por registo de apoio concluído e pago, ficando o pagamento sujeito à verificação de dotação.

g) As partes devem guardar confidencialidade sobre toda a informação e documentação relativa à execução do protocolo e de que possam ter conhecimento no âmbito da execução do mesmo.

h) A atividade desenvolvida pelas partes e respetivos colaboradores, independentemente do vínculo contratual, encontra-se sujeita à aplicação da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (Lei da Proteção de Dados Pessoais).

i) Em caso de incumprimento pela **Freguesia**, a **ANAFRE** pode exigir a devolução das verbas transferidas para as quais não seja apresentada a devida justificação.

13 – As Juntas de Freguesia tem que verificar e digitalizar a seguinte documentação a apresentar pelos beneficiários do apoio para validar a sua elegibilidade para o apoio, **de março de 2025 até ao término do programa**:

13.1 – Relativamente aos beneficiários com TSEE;

a) Fatura da eletricidade atual em que comprove ser beneficiário da TSEE;

b) Fatura/recibo, ou recibo onde conste o respetivo número de identificação fiscal (NIF) em nome do titular do contrato de eletricidade, beneficiário da TSEE, com data compreendida entre março de 2025 e o término do programa, e que comprove a aquisição da garrafa de gás;

c) Cartão do Cidadão, de residente ou passaporte do titular do contrato de eletricidade beneficiário de TSEE;

d) Declaração de aceitação de tratamento de dados pessoais no âmbito do RGPD.

13.2 – Relativamente aos beneficiários que não tenham TSEE, mas em que pelo menos um membro do agregado familiar usufrui de uma das seguintes prestações sociais mínimas: **complemento solidário para idosos; rendimento social de inserção; pensão social de invalidez do regime especial de proteção na invalidez; complemento da prestação social para a inclusão; pensão social de velhice e subsídio social de desemprego**:

a) Fatura da eletricidade atual do beneficiário sem TSEE;

b) Documento comprovativo do recebimento de uma das prestações sociais mínimas referidas, com referência ao mês anterior ou ao mês do apoio;

c) Fatura/recibo, ou recibo que comprove a aquisição da garrafa de GPL com data compreendida entre março de 2025 e o término do programa, onde conste o respetivo NIF;

d) Cartão do cidadão, de residente ou passaporte do titular do contrato de eletricidade.

14 – O beneficiário deve consentir o tratamento dos seus dados pessoais para efeitos de recebimento do apoio, nos termos da declaração disponível para o efeito.

15 – O não consentimento do tratamento dos dados pelo beneficiário do apoio impede as freguesias de procederem ao pagamento do mesmo.

16 – O beneficiário pode fazer-se representar junto de qualquer junta de freguesia, devendo o representante apresentar declaração de consentimento para verificação e tratamento dos dados do beneficiário e recebimento do respetivo apoio de acordo com modelo da declaração disponível nos sítios da internet do Fundo Ambiental e da ANAFRE, e em formato de papel nas juntas de freguesia.

17 – Através do NIF, as Juntas de Freguesia validam se o beneficiário já usufruiu, ou não, do apoio em cada um dos meses elegíveis e registam os apoios concedidos.

18 – O apoio a conferir é de €15 (quinze euros) por garrafa de GPL, com limite de uma unidade por mês de calendário e por beneficiário, de março de 2025 até ao término do programa.

19 – As freguesias procedem ao pagamento do apoio em numerário, cheque ou transferência bancária, após apresentação da documentação e após confirmação da elegibilidade.

20 – O beneficiário deve recorrer à sua Freguesia, caso a Freguesia onde reside não tenha aderido ao apoio o cidadão deverá se dirigir a uma Freguesia aderente!

Feito, em Mãe de Água, aos 7 dias do mês de Maio de 2025,

O Presidente da Junta de Freguesia,

2.2

Futebol Clube da Lixa
Av. Dr. António Manuel Cerqueira Magro – Ap. 99 4615–594 Lixa
f.c.lixa2010.2011@gmail.com

Exmo. Sr. Presidente da União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos

O departamento de formação do FC Lixa vai realizar, pela primeira vez, nos próximos dias 18 e 19 de abril, um torneio de futebol para atletas com idades compreendidas entre 7 e 13 anos. Trata-se de um evento que envolve atletas da formação do FC Lixa e de mais 7 clubes da região, num total de aproximadamente 320 participantes, onde, naturalmente, se inserem crianças oriundas da União de Freguesias que V. Ex. preside.

Assim, a Comissão Administrativa do FC Lixa, vem por este meio solicitar apoio logístico através do fornecimento de fruta para a atividade que aqui apresentamos.

Sem outro assunto de momento, aguardamos o melhor acolhimento para o nosso pedido.

Com os melhores cumprimentos,

Lixa, 10 de abril de 2025

Pela Comissão Administrativa do FC Lixa

Vitor Sousa

Assinado por: **Vitor Manuel Teixeira de Sousa**
Num. de Identificação: 10611205
Data: 2025.04.10 00:45:24+01'00'

Despacho
1 - F. C.
2 - À Próxima
Reunião de
Executivo, para
um contributo
DE 100 €.

10.04.2025

Ofício Jobacho. (2.3)
1.T.C
2.ª Tesouraria
Para os devidos efeitos de acordo com o Regulamento em vigor

União das Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Exmo. Senhor Presidente da
União das Freguesias de
Macieira da Lixa e Caramos

02-05-2025

REQUERIMENTO DE CANDIDATURA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO

Contribuinte 510089690

Designação Casa do Povo de Macieira da Lixa

Presidente Ilídio António Ferreira Pinto

Morada Trav. Amarantinha, Ed. Casa das Coletividades

Código Postal 4615 401 Macieira da Lixa

Telefone **E-mail** cpmacieiradalixa@sapo.pt

Data da Fundação **Publicação de Estatutos em** **de**

Filiação Associação

Compromisso de Honra

Eu, abaixo-assinado (a), em nome da entidade acima identificada, venho apresentar o pedido de apoio à União das Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo, acompanhado por todos os documentos exigidos.
Certifico que todas as informações contidas neste processo de candidatura, incluindo os anexos do formulário, são verdadeiras.
Mais declaro, sob compromisso de honra, que o apoio solicitado se destina, exclusivamente, para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas.

Aos: 29.05.25 **Assinatura** Ilídio Pinto

União das Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Fundamentação

Faça uma breve apresentação que fundamente a candidatura ao apoio, de acordo com o número 1 do art.º 6 do Regulamento de Apoio ao Associativismo.

Fundada sob a designação de Casa do Povo de Macieira da Lixa, em 7 de Dezembro de 2011, com Estatutos publicados no Portal da Justiça, esta associação sem fins lucrativos é uma pessoa coletiva, com o número 510089600, constituída por tempo indeterminado, com objetivo de promover o desenvolvimento e bem-estar da comunidade local. O seu papel é desenvolver atividades de caráter social, cultural, recreativo, desportivo e formativo, com a participação dos interessados e em colaboração com o Estado, as Autarquias e outras Instituições, proporcionando-lhes apoio que em cada caso justifique, de forma a contribuir para o bem-estar da população na respetiva área. Para a realização dos seus fins, esta associação sem fins lucrativos promove ações de animação sociocultural, por iniciativa própria ou em coordenação e cooperação com outras entidades; desenvolve atividades de apoio social; fomenta a participação das populações nas ações tendentes a satisfazer as necessidades da comunidade da respetiva área e melhora a sua qualidade de vida, no aspeto social, cultural, recreativo, desportivo e formativo; participa com os seus grupos, em espetáculos para os quais sejam convidados ou contratados.

A Casa do Povo de Macieira da Lixa é constituída por três Seções: O Grupo de Bombos "Unir Macieira", o Ant's Team Desporto e Aventura e o DuroTeam.

O Grupo de Bombos "Unir Macieira" foi criado em 2011, e utiliza na sua atividade bombos, caixas rufadoras, concertinas e um estandarte. Esta foi a primeira seção da Associação Casa do Povo de Macieira da Lixa, nasceu de um grupo de amigos que preza a juventude, a amizade e o convívio. O seu objetivo é fornecer formação musical nesta área de atividade, promover a animação e contribuir desta forma para o bem-estar da comunidade local. Neste grupo, pretende-se que exista uma partilha de conhecimentos e experiências entre jovens e adultos.

A secção Ant's Team Desporto e Aventura foi criado em 2016. A sua designação "Ant's Team" é inglesa e significa equipa de formigas, que surge do historial da Freguesia de Macieira da Lixa, simbolizando o povo trabalhador, a atividade industrial e a vida organizada em sociedade. Com a ambição de aglomerar o desporto motorizado e não motorizado (motos e quads, bicicletas, carrinhos de rolamentos e outros) surgiu a ideia de criar esta secção. A prática de desporto e aventura têm objetivos comuns e complementares, na medida em que estimulam a descoberta da realidade envolvente e a realização de atividades com vertente cultural e natural que promovam praticas lúdico-desportivas e educativo-culturais.

Em 2019 esta secção passa a ser direcionada para o desporto não motorizado e surge a incorporação da secção Duroteam para se dedicar ao desporto motorizado (motos e quads). Esta secção prima-se pela dedicação ao desporto, sendo a prática desportiva o seu grande objetivo, bem como o convívio e o conhecimento. Com um ótimo sentido de equipa e cooperação, têm-se dedicado à prática desportiva motorizada e participado em vários encontros e passeios em várias localidades, levando assim a responsabilidade do bom nome das nossas terras e das nossas gentes. É de salientar o seu gosto pela aventura e a sua responsabilidade e trabalho para levar esta secção a bom rumo e a um futuro promissor.

Assinatura do Representante Legal

O representante permite que a União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos utilize todos os dados fornecidos neste formulário para fins de gestão e avaliação da implementação do Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural.
Declara que a entidade que representa cumpre, cumulativamente, os requisitos exigidos:
a) Estarem legalmente constituídos e serem dotados de personalidade jurídica;
b) Terem a sua sede e desenvolverem as suas atividades na Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, ou desenvolverem atividades consideradas relevantes da área na Freguesia das Macieira da Lixa e Caramos;
c) Terem as situações fiscal e perante a segurança social devidamente regularizadas;
d) Não se encontrarem em mora perante a Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos;
e) Terem aprovado o relatório de atividades e contas relativo ao ano anterior;
f) Colaborarem na organização e dinamização de atividades promovidas pela União das Freguesias, através da colaboração e participação gratuita na Festa das Coletividades a realizar anualmente no mês de Julho, e noutras atividades anuais a definir previamente por acordo com a União das Freguesias.

Caso a presente candidatura seja aprovada, autorizo a União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos a publicar no seu sítio na Internet, ou em qualquer outro meio apropriado, os seguintes elementos:
- O nome e o endereço do beneficiário da subvenção;
- A designação da subvenção.

Assumo que, em caso de aprovação da candidatura, será referenciado o apoio concedido em todos os materiais gráficos editados e ou outras formas de divulgação e promoção dos projectos e eventos a realizar.

Entidade

Nome Casa do Povo de Macieira da Lixa

Representante Legal

Nome Vítor António Ferreira Pinto

Local Macieira da Lixa **Data** 29/03/2015

Assinatura Vítor António Ferreira Pinto

União das Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Documentação Entregue

A candidatura incluir em anexo os seguintes documentos:

☐ Versão atualizada dos estatutos da entidade, com a indicação do número e da data do jornal oficial em que foram publicados ou do sitio destinado a essas publicações.
☐ Fotocópia do cartão de pessoa colectiva ou de contribuinte fiscal.
☐ Certidão comprovativa da respectiva situação perante a administração fiscal.
☐ Certidão comprovativa da respectiva situação perante a Segurança Social.
☐ Fotocópia das actas relativas à eleição dos órgãos sociais.
☐ Fotocópias do cartão de cidadão/ bilhete de identidade e cartão de identificação fiscal dos titulares dos órgãos sociais.
☐ Fotocópia do plano de actividades e do orçamento para o ano económico a que se refere o apoio.
☐ Fotocópia da acta respeitante à aprovação do plano de actividades e do orçamento para o ano económico a que se refere o apoio.
☐ Fotocópia do relatório de actividades e contas relativo ao ano anterior a que se refere o apoio.
☐ Fotocópia da acta respeitante à aprovação do relatório de actividades e contas relativo ao ano anterior a que se refere o apoio.

Ata nº23

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, pelas 21:15h, na Casa das Colectividades, sita na Travessa da Amarantinha em Macieira da Lixa, reuniu a Assembleia Geral da Casa do Povo de Macieira da Lixa na sua sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do artigo nº27 dos seus estatutos, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

Ponto Um: Aprovação da ata de 26 de março de 2023; ----------

Ponto Dois: Apresentação e aprovação do plano de atividades e orçamento para 2024; ----------

Ponto Três: Eleição dos órgãos sociais para o triénio 2023/2026; ----------

Ponto Quatro: Tomada de posse dos órgãos sociais eleitos. ----------

A Presidente da Assembleia Geral, Célia Cristina Pereira da Silva, assumiu a Presidência da Mesa com o auxílio da Primeira Secretária, Liliana Patrícia Pires da Cunha e do Segundo Secretário Carlos Manuel Salgado Sousa. Realizada a chamada dos sócios convocados, anexa-se, à presente ata, a folha de presenças. ----------

Verificado o quórum, a Senhora Presidente de Mesa, interrogou os sócios presentes se estes tinham algum ponto a apresentar no período antes da ordem de trabalhos. Nada havendo a constatar, entrou-se na ordem de trabalhos. ----------

Referente ao ponto um, a primeira secretária, Liliana Cunha, procedeu a leitura da ata da sessão de 26 de março de 2023. Verificada a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

No que diz respeito ao segundo ponto, foi apresentado o parecer favorável relativo ao plano de atividades e orçamento para 2024 emitido pelo conselho fiscal. De seguida a tesoureira da direção, Soraia Cunha, fez uma detalhada apresentação do documento e retiradas todas as dúvidas aos sócios presentes. Verificada a votação, foi aprovado com todos os votos a favor. -

No que respeita ao terceiro ponto, a Presidente desta Assembleia informou que recebeu uma única lista candidata aos órgãos sociais da Casa do Povo de Macieira da Lixa, para o triénio 2023/2026. Esta lista é composta na direção por: Presidente – Ilídio António Ferreira Pinto, Vice-Presidente – Paulo Jorge de Jesus Miranda, Secretária – Inês Alexandra Marinho Ferreira Martins, Tesoureira – Liliana Patrícia Pires da Cunha e Vogal – Hugo Jorge Dias David. Na Assembleia Geral: Presidente – Célia Cristina Pereira da Silva, Primeira Secretária – Soraia Filipa Pires da Cunha e Segundo Secretário – Carlos Manuel Salgado Sousa. E por último no Conselho Fiscal: Presidente – Jorge Augusto Pereira de Sousa, Vogal – Vítor Manuel Pinheiro de Sousa e Vogal José Rui Pereira Teixeira. Comunicada a lista, a presidente da Assembleia informou que designou a lista apresentada como lista A e que a respetiva votação iria ser por voto secreto. De seguida procedeu-se à votação, sendo entregue individualmente um boletim de candidatura a cada sócio presente. Foram entregues 13 boletins de voto, número correspondente ao número de sócios presentes. Procedeu-se à votação, e de seguida foi efetuada a contagem. Presente a votação verificou-se 12 votos a favor da lista A e uma abstenção. ----------

Referente ao quarto e último ponto, a Presidente de Mesa pediu aos sócios eleitos para tomarem posse dos respetivos cargos. Todos os intervenientes assumiram cumprir as funções

ser devidamente assinada pela Presidente da Assembleia Geral Célia Silva, pela Primeira Secretária Soraia Cunha e pelo Segundo Secretário Carlos Sousa. ----------

A Presidente da Assembleia Geral

(Célia Cristina Pereira da Silva)

A 1ª Secretária da Assembleia Geral

(Soraia Filipa Pires da Cunha)

O 2º Secretário da Assembleia Geral

(Carlos Manuel Salgado Sousa)

Ata nº25

Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, pelas 20:30h, na Casa das Coletividades, sita na Travessa da Amarantinha em Macieira da Lixa, reuniu a Assembleia Geral da Casa do Povo de Macieira da Lixa na sua sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do artigo nº27 dos seus estatutos, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

Ponto Um: Aprovação da ata de 28 de março de 2024; ----------

Ponto Dois: Apresentação e aprovação do plano de atividades e orçamento para 2025. ---------

A Presidente da Assembleia Geral, Célia Cristina Pereira da Silva, assumiu a Presidência da Mesa com o auxílio da Primeira Secretária, Soraia Filipa Pires da Cunha e do Segundo Secretário Carlos Manuel Salgado Sousa. Realizada a chamada dos sócios convocados, anexa-se, à presente ata, a folha de presenças. ----------
Verificado o quórum, a Senhora Presidente de Mesa, interrogou os sócios presentes se estes tinham algum ponto a apresentar no período antes da ordem de trabalhos. Nada havendo a constatar, entrou-se na ordem de trabalhos. ----------
Referente ao ponto um, a primeira secretária, Soraia Cunha, procedeu a leitura da ata da sessão de 28 de março de 2024. Verificada a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. No que diz respeito ao segundo ponto, foi apresentado o parecer favorável relativo ao plano de atividades e orçamento para 2025, emitido pelo conselho fiscal. De seguida. a tesoureira da direção, Liliana Cunha, fez uma detalhada apresentação do documento e retiradas todas as dúvidas aos sócios presentes. Verificada a votação, foi aprovado com todos os votos a favor. -

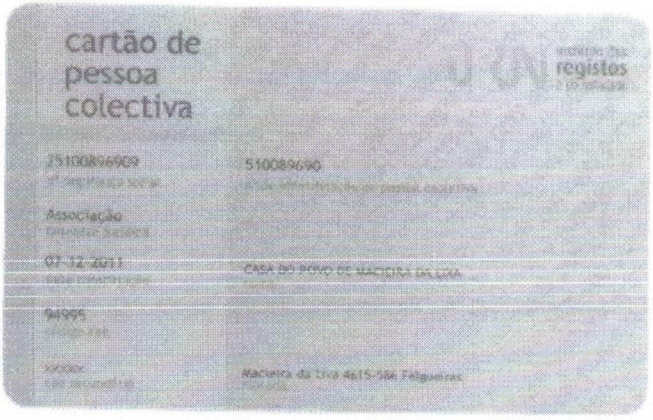
Nada mais houve a acrescentar, pelas 21:50h, a Senhora Presidente de Mesa deu por encerrada a sessão ordinária. Para constar e devidos efeitos, lavrou-se a presente ata, que vai ser devidamente assinada pela Presidente da Assembleia Geral Célia Silva, pela Primeira Secretária Soraia Cunha e pelo Segundo Secretário Carlos Sousa. ----------

A Presidente da Assembleia Geral

(Célia Cristina Pereira da Silva)

A 1ª Secretária da Assembleia Geral

(Soraia Filipa Pires da Cunha)



cartão de pessoa colectiva

instituto dos registos e do notariado

Associação

07-12-2011

CASA DO POVO DE MACIEIRA DA LIXA

Macieira da Lixa 4615-584 Felgueiras

AT autoridade tributária e aduaneira

Serviço de Finanças de FELGUEIRAS - [1775]

CERTIDÃO

Rui Manuel Baptista Carvalho Soqueiro, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de FELGUEIRAS.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).
A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.
Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 30 de Março de 2025.

IDENTIFICAÇÃO
NOME: CASA DO POVO DE MACIEIRA DA LIXA
NIF: 510089690

Elementos para validação
Nº Contribuinte: 510089690
Cód. Validação: RYQOVPPCPZUD

O Chefe de Finanças,

(Rui Manuel Baptista Carvalho Soqueiro)

Para validar esta certidão aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

___ No dia sete de Dezembro de dois mil e onze, no Cartório Notarial sito no Largo Manuel Baltazar, nº 74, na freguesia de Margaride, concelho de Felgueiras, perante mim, **Paula Cristina Dias de Sá**, Notária do mesmo, compareceram: _____

_____ **PRIMEIRO**: _____

_____ **PAULO JORGE PEREIRA LEITE,** casado, natural da freguesia de Airães, concelho de Felgueiras, residente na Rua Costa Rosa, freguesia de Macieira da Lixa, concelho de Felgueiras, com o cartão de cidadão 11890390, válido até 28/12/2015, emitido pela República Portuguesa. ___

_____ **SEGUNDO**: _____

_____ **JORGE MIGUEL PEREIRA MARINHO,** solteiro, maior, natural da freguesia de Borba de Godim, concelho de Felgueiras, residente na Rua do Outeiro, nº 75, na mencionada freguesia de Macieira da Lixa, com o bilhete de identidade 14184138, de 11/01/2008, do Porto. _____

_____ **TERCEIRO**: _____

_____ **LILIANA PATRÍCIA PIRES DA CUNHA**, solteira, maior, natural da freguesia de Margaride (Santa Eulália), deste concelho, residente na Rua Alto da Paixão, nº 431, na mencionada freguesia de Macieira da Lixa, com o bilhete de identidade 12999434, de 15/05/2007, do Porto. _____

_____ **QUARTO**: _____

_____ **ILÍDIO ANTÓNIO FERREIRA PINTO,** casado, natural da freguesia de Vila Cova da Lixa, concelho de Felgueiras, residente na Travessa Padre Inácio, Edifício Gráfica da Lixa, Bloco A, 1º A, na mencionada

_____ **NONO**: _____

_____ **CÉLIA CRISTINA PEREIRA DA SILVA**, solteira, maior, natural da mencionada freguesia de Macieira da Lixa, onde reside na Rua do Paço, nº 394, com o cartão de cidadão 13275770, válido até 13/06/2014, emitido pela República Portuguesa. _____

_____ **DÉCIMO**: _____

_____ **SORAIA FILIPA PIRES DA CUNHA**, solteira, maior, natural da mencionada freguesia de Macieira da Lixa, onde reside na Rua Alto da Paixão, nº 431, com o bilhete de identidade 14134353, de 28/04/2007, de Lisboa. _____

_____ **DÉCIMO PRIMEIRO**: _____

_____ **INÊS ALEXANDRA MARINHO FERREIRA,** solteira, maior, natural da mencionada freguesia de Macieira da Lixa, onde reside na Rua da Boavista, nº 335, rés-do-chão, Lote um, com o bilhete de identidade 14184206, de 10/10/2007, do Porto. _____

_____ Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos referidos documentos de identificação. _____

_____ **E DECLARARAM**: _____

_____ Que constituem uma associação denominada **"CASA DO POVO DE MACIEIRA DA LIXA"**, com sede na freguesia de Macieira da Lixa, concelho de Felgueiras, que se regerá pelas cláusulas constantes do **documento complementar** elaborado nos termos do nº 2 do artigo 64 do Código do Notariado, que **arquivo** e cujo conteúdo declaram conhecer perfeitamente pelo que é dispensada a sua leitura. _____

_____ **EXIBIRAM**: _____

L.º 2-D Fls. 71
Doc. 126 Fls. 379

Documento complementar elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que faz parte integrante da escritura lavrada em sete de Dezembro de dois mil e onze, a folhas 71 e seguintes, do Livro de Notas número dois – D, do **Cartório Notarial de Felgueiras da Notária Paula Cristina Dias de Sá.**

Estatutos da Casa do Povo de Macieira da Lixa

Capítulo I

Natureza e Fins

SECÇÃO I

(Caracterização)

Artigo 1º

(Natureza)

A Casa do Povo de Macieira da Lixa é uma pessoa colectiva, de base associativa, com o número de pessoa colectiva 510089690, constituída por tempo indeterminado, com objectivo de promover o desenvolvimento e bem-estar da comunidade local e rege-se pelos presentes Estatutos e disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º

(Sede a Área)

A Casa do Povo de Macieira da Lixa tem a sua sede na freguesia de Macieira da Lixa, concelho de Felgueiras, distrito do Porto e abrange a freguesia de Macieira da Lixa, as freguesias limítrofes ou outras onde se verifiquem carências manifestas na sua área de actuação.

SECÇÃO II

(Finalidade)

Artigo 3º

(Finalidade Geral)

1. A Casa do Povo de Macieira da Lixa tem por finalidade desenvolver actividades de carácter social, cultural, recreativo, desportivo e formativo, com a participação dos interessados e em colaboração com o Estado, as Autarquias e outras instituições, proporcionando-lhes apoio que em cada

modo a que a polivalência de acção a desenvolver pela casa do povo seja limitada apenas pela sua capacidade de resposta.

Artigo 6º

(Promoção dos Associados)

1. A Casa do Povo deve tomar iniciativas que visem a promoção social e cultural, a formação profissional e o aproveitamento dos tempos livres dos sócios, para fins recreativos, educativos e de valorização pessoal.
2. Na prossecução dos objectivos de promoção social e cultural e de aproveitamento dos tempos livres da população, a Casa do Povo de Macieira da Lixa procurará tornar-se o centro de convívio dos sócios e o pólo de atracção da comunidade, devendo nomeadamente e de acordo com o seu rendimento financeiro:
    a. Organizar espectáculos, cursos formativos, colóquios, conferências, excursões e outras actividades culturais e recreativas;
    b. Colaborar em actividades sanitárias e outras, tendentes ao bem-estar social;
    c. Animar festas e romarias com o seu grupo de bombos;
    d. Desenvolver o gosto pela música;
    e. Incentivar o interesse pelo artesanato e outras, relacionadas com a cultura tradicional;
    f. Promover a prática racional de actividades desportivas, podendo para esse efeito adquirir e/ou arrendar terrenos e construções.
3. Com a vista ao aperfeiçoamento profissional dos associados, deve a casa do Povo colaborar em actividades tendentes à sua formação e valorização.

Artigo 7º

(Actividades de apoio Social)

1. A Casa do Povo de Macieira da Lixa promoverá a criação e manutenção de actividades de apoio social, designadamente nos sectores da infância, juventude e terceira idade, por sua iniciativa ou em cooperação com o Centro regional de Segurança Social, nas condições previstas para o desenvolvimento dessas actividades.

2. A admissão ou readmissão de sócios depende do preenchido da ficha de sócio pelos interessados e da decisão da Direcção da qual cabe dar conhecimento à Assembleia Geral. _____

3. A demissão de sócio é feita a pedido do interessado ou promovida pela Direcção, de harmonia com disposto no nº 3 do art. 54º e no nº 5 do art. 63º do presente estatuto. _____

Artigo 13º

(Sócios Honorários)

1. Podem ser declarados Sócios Honorários da Casa do Povo, as pessoas singulares ou colectivas que, por lhe prestarem relevantes serviços ou auxiliares com donativos consideráveis, sejam consideradas merecedoras de tal distinção. _____

2. A declaração de distinção de Sócio Honorário é da competência da Assembleia Geral, sobre proposta fundamental da Direcção. _____

Secção II

(Direitos e Deveres)

Artigo 14º

(Direitos dos Sócios)

1. São Direitos dos Sócios: _____

   a. Participar nas reuniões de Assembleia Geral; _____
   b. Requerer a convocação da Assembleia Geral se o Presidente da mesa não a convocar nos casos em que deve fazê-lo; _____
   c. Eleger a ser eleito para os órgãos sociais; _____
   d. Examinar as contas, orçamentos, contabilidade e respectivos documentos, nos oito dias anteriores à reunião da Assembleia Geral, convocada para a sua apreciação; _____
   e. Propor à Direcção acções e iniciativas conducentes à realização dos objectivos da Casa do Povo; _____
   f. Levar ao conhecimento do Presidente da Assembleia Geral qualquer resolução ou acto da direcção que lhe afigure contrario ao interesse da Casa do Povo, ao disposto nestes Estatutos, ou na legislação aplicável; _____

Capitulo III

Administração e Funcionamento

Secção I

(Disposições Gerais)

Artigo 17º

(Órgãos)

1. São órgãos da Casa do Povo: a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.
2. Cabe a cada um dos órgãos exercer eficientemente as suas funções, no respeito pelas competências e responsabilidades dos outros órgãos.

Artigo 18º

(Distribuição dos Cargos)

1. Em cada órgão, os membros eleitos distribuem entre si os respectivos cargos, em harmonia com a lista eleita e suas competências e capacidades.
2. É permitida a redistribuição dos cargos dentro de cada órgão por motivos devidamente justificados, a comunicar prioritariamente após a reunião em que tal seja deliberado.

Artigo 19º

(Funcionamento dos Órgãos)

1. A assembleia não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de metade, pelo menos, dos seus associados, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes, excepto no caso de alteração de estatutos em que é necessário o voto favorável de três quartos do número dos associados presentes, bem como no caso de dissolução ou prorrogação que requer o voto favorável de três quartos de todos os associados.
2. As deliberações da Direcção e do Conselho Fiscal só podem ser tomadas com a presença da maioria dos seus membros e com a maioria de votos dos titulares presentes, tendo o presidente voto de desempate.
3. Na falta ou impedimento temporário de qualquer membro dos órgãos sociais, são as suas funções asseguradas pelo membro do mesmo órgão que se lhe seguir pela ordem de composição indicada nestes Estatutos.

Artigo 20º

b. Se acharem impossibilitados para o desempenho regular do cargo; _____

c. Tiverem completado 65 anos de idade. _____

Artigo 23º

(Renúncia)

Os membros dos órgãos sociais em exercício que pretendam ser dispensados das suas funções, devem comunicar, por escrito, a sua renúncia fundamentada, ao presidente da Assembleia Geral ou a quem o substitua. ___

Artigo 24º

(Perda de Mandato)

A Assembleia Geral poderá deliberar a perda de mandato de qualquer membro dos órgãos sociais que, directamente ou por interposta pessoa, negoceia com a Casa do Povo. _____

Secção II

Assembleia Geral

Artigo 25º

(Composição)

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os Sócios no pleno gozo dos respectivos direitos. _____
2. Os sócios não podem fazer-se representar nas sessões da Assembleia Geral. _____

Artigo26º

(Mesa da Assembleia Geral)

A Assembleia Geral é constituída por um Presidente e dois Secretários. _____

Artigo 27º

(Convocatória)

1. As reuniões da Assembleia Geral são convocadas pelo Presidente da Mesa, por sua iniciativa ou a pedido da Direcção, do Conselho Fiscal ou a requerimento de 20 sócios. _____
2. Se o Presidente da Mesa o não fizer, nos casos em que a tal seja obrigado, pode qualquer sócio efectuar a convocação, em representação dos 20 sócios referidos no número anterior. _____

m. Exercer as demais funções que lhe forem legalmente fixadas. ___

2. Nos casos em que se verifique a demissão ou destituição dos titulares dos órgãos da casa do povo, e que não seja possível proceder à imediata eleição de novos órgãos nos termos estatutários, a Assembleia Geral poderá eleger provisoriamente uma omissão de Gestão. _____

3. Se a Casa do Povo for gerida por uma Comissão de Gestão, a esta competirá assegurar a gestão corrente, competindo-lhe ainda promover eleições no prazo fixado pela Assembleia Geral, prazo este não poderá ser superior a um ano. _____

Artigo 29º

(Reuniões)

1. A Assembleia Geral reúne em sessão ordinária até 31 de Março e na primeira Quinzena de Novembro de cada ano, para apreciação e votação, respectivamente do Relatório de Contas do exercício anterior e do Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte e no final de cada mandato. _

2. A Assembleia Geral pode ainda reunir extraordinariamente para tratar de assuntos de manifesto interesse para o organismo. _____

3. As deliberações sobre alteração de Estatutos, destituição dos órgãos e seus membros, ou a extinção do organismo, são tomadas em reuniões extraordinárias expressamente convocadas para o efeito. _____

Artigo 30º

(Funcionamento)

1. É proibida a discussão de assuntos que não sejam da competência da Assembleia Geral ou não constem da ordem de trabalhos. _____

2. Nenhum sócio pode votar em matérias em que haja conflitos de interesse entre a casa do povo e ele, seu conjugue, ascendentes. _____

3. Por decisão do presidente da Assembleia Geral ou de qualquer um dos órgãos sociais da casa do povo ou ainda com a assinatura de um mínimo de 20 sócios, pode ser requerida a presença de uma representação da federação ou confederação das casas do povo, devidamente habilitada, que prestará todo o apoio técnico-jurídico solicitado, esclarecendo a Assembleia e dando pareceres não vinculativos. _____

Artigo 31º

(Competência do presidente)

c. Organizar os serviços e zelar pela correcta escrituração dos livros e documentos que foram necessários;

d. Reunir sempre que necessário e obrigatoriamente uma vez em cada mês, e trimestralmente deve, apreciar e aprovar as contas, devendo o quantitativo do saldo constar expressamente na respectiva acta;

e. Elaborar Relatório e Contas do exercício e os Orçamentos, e submetê-los à apreciação do Concelho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral;

f. Apresentar a escrita e mais documentos à fiscalização do Concelho Fiscal;

g. Elaborar, no ano em que findar o seu exercício, as relações dos sócios eleitores e elegíveis e preparar os demais elementos necessários à eleição dos corpos gerentes da Casa do Povo;

h. Elaborar o Plano de Actividades e submeter à apreciação da direcção;

i. Divulgar junto dos sócios as disposições legais que possam ser do seu interesse, bem como esclarecê-los sobre os seus direitos e deveres;

j. Deliberar sobre as pretensões formuladas pelos sócios e receber as queixas apresentadas;

k. Fixar o valor das quotas dos sócios;

l. Proceder contenciosamente contra os sócios e aplicar-lhes as penalidades nos termos das disposições estatutárias;

m. Estudar as condições para o desenvolvimento das actividades da Casa do Povo;

n. Colaborar com as associações locais em iniciativas tendentes a melhorar a situação social e profissional da população;

o. Verificar o cumprimento dos acordos de cooperação estabelecidos com os serviços públicos e remeter-lhe os elementos de informação solicitados;

p. Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral, e actuar de acordo com as disposições dos presentes Estatutos e da Lei;

2. Compete ao Vice-Presidente colaborar com o Presidente e exercer as funções que, por este lhe forem delegados.

Artigo 38º

(Competência do Secretário)

Compete especialmente ao Secretário:

a. Lavrar actas das reuniões da Direcção;
b. Velar pela correcta execução de todo o serviço de secretaria e arquivo;
c. Verificar anualmente a actualização do inventário dos bens da Casa do Povo.

Artigo 39º

(Competência do Tesoureiro)

Compete especialmente ao Tesoureiro:

a. Dar cumprimento às resoluções da Direcção que digam respeito a receitas e despesas;
b. Providenciar pelo recebimento e guarda dos valores pertencentes à Instituição, depositando os saldos que excedem montantes superiores a 500,00€;
c. Elaborar os mapas de orçamentos;
d. Elaborar e vigiar a escrituração, controlo de despesas e controlo de receitas, de modo a que se encontra sempre em dia;
e. Assinar com dois membro da Direcção, cheques e ordens de pagamentos;
f. Arquivo todos os documentos de receita e despesa;
g. Manter a Direcção informada do estado financeiro da Casa do Povo e particularmente no que respeita ao recebimento de quotas.

SECÇÃO IV

(Conselho Fiscal)

Artigo 40º

(Composição)

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, dois vogais.

Artigo 41º

(Competência)

1. Devem realizar-se eleições para a Casa do Povo e para a totalidade dos órgãos, no mês em que findar o triénio após as últimas eleições gerais. ___
2. Devem realizar-se eleições parciais, quando um órgão ficar reduzido a menos de metade dos seus membros. _____
3. Na ausência de listas concorrentes será convocado e realizada, no prazo de trinta dias, uma Assembleia Geral que deliberará sobre o assunto. _____

Artigo 46º

(Capacidade Eleitoral Activa)

São eleitos dos órgãos da Casa do Povo os sócios em pleno gozo dos seus direitos e que, em 31 de Dezembro do ano anterior ao das eleições, se encontrem inscritos à data fixada para o início da elaboração da relação de eleitores e não tenham quotização em dívida superior a dois meses. _____

Artigo 47º

(Capacidade Eleitoral Passiva)

1. São elegíveis os sócios que se encontrem em pleno gozo dos seus direitos e não estejam abrangidos por alguma das incapacidades em privam da qualidade de sócio eleitor, salvo o disposto no número seguinte. _____
2. Não podem candidatar-se, em maioria, para exercer funções, em simultâneo no mesmo órgão, os parentes ou afins em qualquer grau de linha recta e os irmãos. _____
3. Os sócios que sejam trabalhadores da Casa do Povo não podem estar em maioria em qualquer dos Órgãos Sociais. _____
4. O ponto anterior excluiu qualquer tipo de estagiários. _____
5. Não podem candidatar-se aos corpos gerentes, os sócios menores de 18 anos ou exercendo funções directivas noutra associação da área da Casa do Povo. _____

Artigo 48º

(Remissão)

As eleições para os órgãos sociais da Casa do Povo regem-se pelas normas constantes do regulamento eleitoral, sem prejuízo das disposições gerais constantes dos presentes Estatutos. _____

1. As quotas devem ser pagas anualmente, até dia 31 de Dezembro de cada ano, junto do tesoureiro da direcção.
2. Em ano de eleições as quotas desse ano devem ser pagas antes 2 meses do acto eleitoral.

Artigo 53º

(Falta de Pagamento)

1. A falta de pagamento de quotas por período superior a 2 meses, relativamente à data fixada para o início da elaboração da relação de eleitores, determina a incapacidade eleitoral.
2. A falta de pagamento anual, determina a suspensão de todos os direitos previstos no art. 14º destes Estatutos.
3. O não pagamento de quotas por período superior a dois anos consecutivos determina a perda de qualidade de sócio.
4. A dívida de quotas por períodos consecutivos de um e dois anos deve ser imediatamente comunicado ao sócio.
5. É obrigatório a liquidação das quotas em dívida, não prescritas no acto da entrega do requerimento para readmissão, na hipótese em que o não pagamento tenha determinado a perda da qualidade de sócio.

Artigo 54º

(Prescrição)

As dívidas de quotizados prescrevem pelo prazo de cinco anos a contar do último dia do prazo estabelecido para o pagamento.

Artigo 55º

(Restituição de Quotas)

1. As quotas pagas indevidamente são restituídas aos interessados.
2. O direito de reclamar a restituição das quotas extingue-se decorrido o prazo de um ano a contar da data do seu pagamento.

SECÇÃO II

(Orçamento e Contas)

Artigo 56º

(Orçamento)

1. Até 10 de Outubro de cada ano, é elaborado pela Direcção e submetido nos 10 dias seguintes à apreciação do Concelho Fiscal, o Orçamento para o ano seguinte, descriminando-se as receitas ordinárias e extraordinárias e bem

1. Os membros dos Órgãos são responsáveis, solidariamente em matéria civil e individualmente em matéria criminal, pelas faltas ou irregularidade cometidas no exercício das suas funções, excedem ou não os limites da sua competência. _____
2. Os membros dos Órgãos Sociais são ainda responsáveis, perante a Casa do Povo, pelos prejuízos resultantes do não cumprimento dos deveres legais e estatutários. _____
3. Consideram-se isentos de responsabilidades os que não tiverem tido intervenção na resolução ou a desaprovarem com declaração expressa no livro de actas. _____

Artigo 60º

(Infracções)

Qualquer sócio pode requerer à Assembleia Geral e ao Tribunal competente: _

a. A suspensão dos dirigentes responsáveis até à decisão final do processo, nos casos previsto no nº 1 do art. 62º; _____
b. A destituição dos dirigentes que deixam de reunir as condições de elegibilidade estabelecidas ou cometam graves irregularidade; ___
c. A anulação de actas que desrespeitam os Estatutos e a Lei. _____

Artigo 61º

(Penalidades)

1. São punidos com destituição do cargo os membros dos Corpos Socais que directamente contribuam para desviar o organismo do fim para que foi instituído, o impossibilitem de cumprir os deveres impostos por Lei, ou pratiquem graves irregularidades, ou ainda por abandono das suas responsabilidades. _____
2. O disposto no número anterior não prejudica a aplicação de outras penalidades fixadas na Lei. _____
3. A proposta de destituição só quando precedida de processo de inquérito devidamente elaborado e fundamentado. _____
4. A destituição dos Órgãos Sociais carece do voto favorável de mais de metade dos sócios da Casa do Povo. _____

SECÇÃO II

(Regime Disciplinar dos Sócios)

Artigo 62º

1. As sanções previstas no artigo anterior são aplicadas pela Direcção, tomando em conta as circunstâncias concretas da infracção e o comportamento anterior do sócio, e da sua aplicação cabe recurso para Assembleia Geral, a interpor no prazo de dez dias. _____
2. O sócio arguido de qualquer falta, não é punido sem previamente seja convocado para se defender. _____
3. Da suspensão por tempo superior a noventa dias ou da exclusão, é dado conhecimento ao Presidente da Assembleia Geral. _____
4. Da decisão da Assembleia Geral cabe recurso para tribunal competente. ____

CAPITULO VII

Disposições Finais

Artigo 64º

(Constituição de Secções)

1. Para uma melhor realização dos seus fins pode a Casa do Povo, com prévia autorização da Assembleia Geral, criar ou extinguir o número de secções que ache pertinente para o desempenho da sua actividade. _____
2. Cada secção será dirigida por três sócios, escolhidos pela Direcção. Podendo estes ser membros de um dos órgãos sociais. _____

Artigo 65º

(Simbologia)

A Casa do Povo tem direito ao uso do emblema, bandeira e selo próprio, aprovado pela Assembleia Geral. _____

Artigo 66º

(Âmbito de Actuação)

Os bens e os meios de acção de que a Casa do Povo disponha para a prossecução dos serviços, não podem ser utilizados para qualquer actividade contrária aos seus interesses. _____

Artigo 67º

(Dissolução)

1. A dissolução da Casa do Povo pode resultar da verificação de uma das seguintes causas: _____
    a. Por deliberação da Assembleia Geral nos termos do n.º 1 do art. 19º e do nº 3 do art. 29º destes Estatutos; _____

SEGURANÇA SOCIAL | INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.
CENTRO DISTRITAL DO PORTO
RUA ANTÓNIO PATRÍCIO, N.º 262
4199-001 PORTO

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte CASA DO POVO DE MACIEIRA DA LIXA

Firma/Denominação CASA DO POVO DE MACIEIRA DA LIXA

N.º de Identificação de Segurança Social 25100896909

N.º de Identificação Fiscal 510089690

N.º da Declaração 057552551ASCD25

Data de emissão 2025-02-02

CASA DO POVO DE MACIEIRA DA LIXA
MACIEIRA DA LIXA
FELGUEIRAS
4615-586 MACIEIRA DA LIXA

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2019, de 16 de setembro na sua versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

O Diretor de Segurança Social
Miguel Cardoso

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação - 25100896909

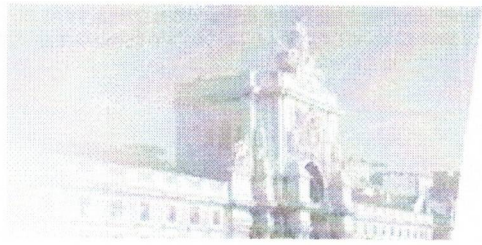
Código de Verificação - GQYKCYNZ6MLA4F5

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.
Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.

tally signed by
TITUTO DE
ORMATICA, I.P.
e: 2025.03.30

Portal da Justiça

A Justiça ao serviço do cidadão e das empresas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Publicação On-Line de Acto Societário e de outras entidades

Pesquisa de Publicação

NIF/NIPC 510089690 (Critério Preferencial)

Entidade Casa do Povo de Macieira da Lixa

Distrito Porto

Concelho Felgueiras

Pesquisar Publicações entre e (Clique na imagem para mostrar o calendário)

Tipo de Publicação

- Todos os actos
- Publicação de Actos de Registo
- Outras Publicações **(Avisos/Convocatórias/Deliberações/Anúncios)**
- Associações e Fundações **(Constituição/Alteração/Dissolução)**
- Associações e Fundações de Solidariedade Social e Associações Mutualistas **(publicações anteriores a Julho de 2010 são pesquisáveis no Diário da República)**
- Associações de Pais **(publicações anteriores a Julho de 2010 são pesquisáveis em "Associações e Fundações)**

Código de Validação NVR8LP

(Digite o texto apresentado na imagem)

Pesquisar Limpar

Data	NIF/NIPC	Entidade	Concelho	Acto/Facto	
2011-12-07	510089690	Casa do Povo de Macieira da Lixa	Felgueiras	Constituição de Associação	Conteúdo Documento
2011-12-07	510089690	Casa do Povo de Macieira da Lixa	Felgueiras	Constituição de Associação	Conteúdo Documento

Resultado da pesquisa (1-2 de 2)

Envio de proposta

De António José de Bessa Carvalho <bessa.carvalho@act.gov.pt>
Para geral@macieiradalixa-caramos.pt <geral@macieiradalixa-caramos.pt>
Data 2025-04-11 15:57

SKMPEN0225041011510.pdf (~279 KB) SKMPEN0225041011520-rfm.pdf (~2,2 MB)

Exmº Senhor Presidente

Para os fins tido por convenientes.
O Presidente

António Bessa Carvalho

António Bessa Carvalho
Técnico superior

PENAFIEL | Unidade Local de Penafiel

ul.penafiel@act.gov.pt
Tel.: (+351) 255 729 600

Promovemos a melhoria das condições de trabalho

act.gov.pt

A ACT respeita o tempo de trabalho de todas as pessoas. Não esperamos que responda a esta comunicação fora do seu horário de trabalho.
ACT respects everyone's working time. We do not expect you to reply to this communication outside your working hours.

2.4

UNIÃO DE FREGUESIAS DE MACIEIRA DA LIXA E CARAMOS
Entrada: 11/04/2025
Despacho: ☐ Urgente ☐ Pr conhecimento
☐ Secretário(a) ☐ Tesoureiro(a)
☐ GA Macieira ☐ GA Caramos
☐ á reunião executiva ☐ Presidente Assembleia
Obs:

AT Lixa
Para os devidos efeitos.

14.04.2025

União das Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Exmo. Senhor Presidente da
União das Freguesias de
Macieira da Lixa e Caramos

REQUERIMENTO DE CANDIDATURA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO

Contribuinte 502652926

Designação Rancho Folclórico de Macieira da Lixa

Presidente António Bessa Carvalho

Morada Rua das Pereiras, 130

Código Postal 4615 | 414 Macieira da Lixa

Telefone 966092880 **E-mail** ajbcarvalho1@gmail.com

Data da Fundação 1984 **Publicação de Estatutos em** D.R. III Série **de** 06/09/1991

Filiação Associação

Compromisso de Honra

Eu, abaixo-assinado (a), em nome da entidade acima identificada, venho apresentar o pedido de apoio à União das Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo, acompanhado por todos os documentos exigidos.
Certifico que todas as informações contidas neste processo de candidatura, incluindo os anexos do formulário, são verdadeiras.
Mais declaro, sob compromisso de honra, que o apoio solicitado se destina, exclusivamente, para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas.

Aos: 10, 04, 2025

Assinatura António José Bessa Carvalho

Assinatura do Representante Legal

O representante permite que a União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos utilize todos os dados fornecidos neste formulário para fins de gestão e avaliação da implementação do Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural.
Declara que a entidade que representa cumpre, cumulativamente, os requisitos exigidos:

a) Estarem legalmente constituídos e serem dotados de personalidade jurídica;
b) Terem a sua sede e desenvolverem as suas atividades na Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, ou desenvolverem atividades consideradas relevantes da área na Freguesia das Macieira da Lixa e Caramos;
c) Terem as situações fiscal e perante a segurança social devidamente regularizadas;
d) Não se encontrarem em mora perante a Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos;
e) Terem aprovado o relatório de atividades e contas relativo ao ano anterior;
f) Colaborarem na organização e dinamização de atividades promovidas pela União das Freguesias, através da colaboração e participação gratuita na Festa das Coletividades a realizar anualmente no mês de Julho, e noutras atividades anuais a definir previamente por acordo com a União das Freguesias.

Caso a presente candidatura seja aprovada, autorizo a União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos a publicar no seu sítio na Internet, ou em qualquer outro meio apropriado, os seguintes elementos:

- O nome e o endereço do beneficiário da subvenção;
- A designação da subvenção.

Assumo que, em caso de aprovação da candidatura, será referenciado o apoio concedido em todos os materiais gráficos editados e ou outras formas de divulgação e promoção dos projectos e eventos a realizar.

Entidade

Nome AB Fonseca

Representante Legal

Nome António José Bessa Carvalho

Local Macieira da Lixa **Data** 10/04/2025

Assinatura

... 01 FEB 10:56 FAX 351 213945750 I.N.C.M.-SPO/P.OFICIAIS 003

Sexta-feira, 6 de Setembro de 1991

INCM
C.D.I.

Número 205
III
SÉRIE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

1. Concursos públicos

Órgãos de soberania 15 090
Autarquias 15 092

2. Portarias, Despachos, Éditos, Avisos e Declarações

Órgãos de soberania 15 096
Autarquias 15 098
Rectificações 15 110

3. Sociedades e Cooperativas

Pactos sociais, estatutos e suas alterações 15 111

4. Diversos

Associações 15 169
Patentes 15 183

N.º 1 S. R.

NOTARIADO PORTUGUÊS

Cartório Notarial de Fafe

TELEFONE, 053/490210
FAX: 053/490219

A cargo do Notário Lic. Maria Cristina Azevedo Pinho Sousa

CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente fotocópia vai conforme o original e foi extraída do livro de escrituras diversas número sessenta e um-D

de folhas sessenta

a folhas sessenta e uma

Tem cinco folhas.

Cartório Notarial de Fafe, vinte e um de fevereiro

de mil novecentos e noventa e dois.

O

CONTA:

Emolumentos

Art. 17.º n.º 1 . . 500$00

Art. 17.º n.º 2 . . ~~500~~

TOTAL . . 500$00

Registado sob o n.º 1729

tempo indeterminado, a partir de hoje, com a denominação - " RANCHO FOLCLORICO DE MACIEIRA DA LIXA ", a qual terá a sua sede ~~no lugar~~ digo no lugar de Pereiras, freguesia de Macieira da Lixa, concelho de Felgueiras,

e tem por objecto a PROMOÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DOS SEUS ASSOCIADOS, como consta do certificado aditante referido, e se regerá pelos ESTATUTOS constantes de um documentos complementar elaborado nos termos do artigo setenta e oito do Código do Notariado.

DOCUMENTO ARQUIVADO

sob o número OITENTA E UM:-

O referido documento complementar.

DOCUMENTO EXIBIDO

Certificado de admissibilidade de denominação, emitido em 24/06/91, pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas.

Esta escritura e o documento complementar foram em voz alta lidos e explicados quanto ao seu conteúdo aos outorgantes, na presença simultânea de todos.

Rasurado: "dezoove" "Lalos"

Orlando Augusto Teixeira Loureiro

João da Silva dos Reis

Rodrigo Leite Machado

O NOTÁRIO,

Livro n.º 68 Fls. 60
Doc. n.º 81

ESTATUTOS

1º

A Associação adopta a denominação RANCHO FOLCLORICO DE MACIEIRA DA LIXA, vai ter a sua sede no lugar de Pereiras, freguesia de Macieira da Lixa, concelho de Felgueiras, e durará por tempo indeterminado.

2º

A Associação tem por objecto a promoção cultural e recreativa dos seus associados.

3º

Poderão ser admitidos como associados todas as pessoas singulares e colectivas, mediante o pagamento de uma quota mensal, cujo montante será fixado e alterado por deliberação da Assembleia Geral.

4º

Poderão ser excluídos todos os associados que estejam abrangidos por uma das seguintes condiçoes:

- Não tenham pago as quotas mensais estipuladas, durante três meses consecutivos.
- Tenham um comportamento que constitua atentado á dignidade e às normas gerais da vida em que estão inseridos.
- Não cumpram escrupulosamente as determinações emanadas pela Direcção ou aprovadas em Assembleia Geral, bem como quaisquer artigos do Regulamento Interno desta Associação.

5º

admissão e quotas de sócios, podendo também provir de subsídios de entidades oficiais, donativos legados ou quaisquer outras ofertas.

10º

Todos os casos omissos no presente estatuto serão regulados pela legislação aplicável e pelo Regulamento Interno, cuja elaboração, aprovação e alteração são da competência exclusiva da Assembleia Geral.

CARTÓRIO NOTARIAL DE FAFE, dezanove de Julho de mil e novecentos e noventa e um.

Eliminado " na".

Orlando Augusto Teixeira Loureiro

João de Oliveira dos Reis

Sérgio Leonardo Pereira dos Reis

Rodrigo Lecite Machado

O NOTÁRIO,

DE BESSA CARVALHO

ANTÓNIO JOSÉ

M 1,66 PRT 19 03 1960

05710203 1 ZY8 02 05 2028



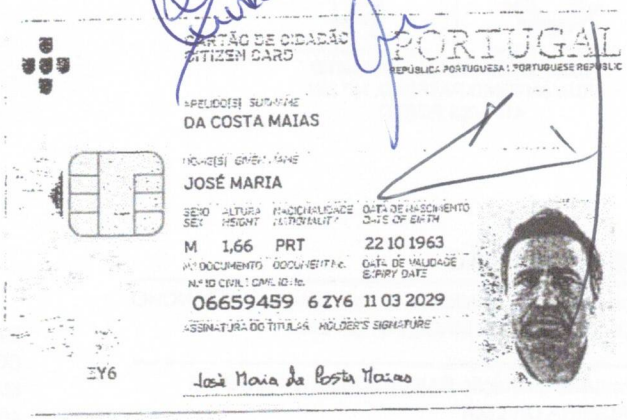
CARTÃO DE CIDADÃO
CITIZEN CARD

ALEXANDRE PEREIRA DE CARVALHO * DEOLINDA BESSA TEIXEIRA

006.007.23

147643805 11321806607 169080443

I<PRT057102031<ZY86<<<<<<<<<<<
6003195M2805025PRT<<<<<<<<<<<4
DE<BESSA<CARVALHO<<ANTONIO<JOS



CARTÃO DE CIDADÃO
CITIZEN CARD

PORTUGAL
REPÚBLICA PORTUGUESA | PORTUGUESE REPUBLIC

APELIDO(S) SURNAME
DA COSTA MAIAS

NOME(S) GIVEN NAME
JOSÉ MARIA

SEXO SEX | ALTURA HEIGHT | NACIONALIDADE NATIONALITY | DATA DE NASCIMENTO DATE OF BIRTH
M | 1,66 | PRT | 22 10 1963

Nº DOCUMENTO DOCUMENT No. | DATA DE VALIDADE EXPIRY DATE
Nº ID CIVIL: CMLIDNo.
06659459 6 ZY6 11 03 2029

ASSINATURA DO TITULAR HOLDER'S SIGNATURE
José Maria da Costa Maias

ZY6



PORTUGAL
CARTÃO DE CIDADÃO
CITIZEN CARD

FILIAÇÃO PARENTS
ANTÓNIO PEREIRA MAIAS • AMÉLIA DA COSTA

006.008.24

Nº IDENTIFICAÇÃO FISCAL TAX No.
142781207

Nº SEGURANÇA SOCIAL SOCIAL SECURITY No.
11096379130

Nº UTENTE DE SAÚDE HEALTH No.
172572253

I<PRT06659459 6<ZY6 9<<<<<<<<<<<
6310220M2903116PRT<<<<<<<<<<<4
DA<COSTA<MAIAS<<JOSE<MARIA<<<<

AT autoridade tributária e aduaneira

Serviço de Finanças de FELGUEIRAS - [1775]

CERTIDÃO

Rui Manuel Baptista Carvalho Soqueiro, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de FELGUEIRAS.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).
A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.
Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 29 de Março de 2025.

IDENTIFICAÇÃO
NOME: RANCHO FOLCLORICO DE MACIEIRA DA LIXA
NIF: 502652926

Elementos para validação
Nº Contribuinte: 502652926
Cód. Validação: LFIBPWAIAEBQ

O Chefe de Finanças,

(Rui Manuel Baptista Carvalho Soqueiro)

Para validar esta certidão aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

INDICE

Introdução

1 – Dever Associativo

2 - Estruturação E organização associativa

3 - Ação das Secções

4 - Comunicação, informação E imagem

5 - Sustentabilidade financeira da Associação

6 - Relações externas

7 - Nota Final

Similares da Guiné Bissau, com a Câmara do Comercio e Industria de Portugal-Costa do Marfim e Com o Coração em Malaca

-Apoiar as Iniciativas imanadas da C.P.C.C.R.D., da C.M.F., do Agrupamento de Escolas da Lixa, da Fundação Inatel.

- Insistir na parceria associativa com a Associação Empresarial de Felgueiras e Rota do Românico, para a rentabilização dos espaços da Associação, fomentando a Formação Profissional, para a valorização dos seus associados e para a demonstração eficaz de formas de interação.

- Promover o XXI **Encontro de Janeiras** "Cidade da Lixa "em **05 de janeiro**. (se a C.M.F. não realizar o evento)

- Promover a **Desfolhada em 11 de outubro**, de acordo com a forma e e criação de quadro etnográfico, conforme tem sido seguido nos anos anteriores.

- Ver a possibilidade de realizar os dias:

- Dia da Rádio 13/02/2025
- Dia da Europa, 09/05/2025
- Festival de Folclore "Cidade da Lixa" 21/06/2025

- Promover as ações que provenham das Secções e aprovadas pela Direção.

- Desenvolver parcerias com as nossas protocoladas, **nomeadamente o** KORSANG DI MELACA e **a Associação Luso Indiana Damanense.**

2 - Estruturação E organização associativa

A estruturação é essencial para as dinâmicas de apoio aos nossos associados, mas também para fazer valer a nossa razão junto de poderes a quem cabe decidir. Nesse sentido, deveremos aprofundar as linhas de estruturação e organização de acordo com os princípios estabelecidos na nossa candidatura:

- Continuar a incentivar a criação de novas Secções e dar movimento às que se encontram suspensas, desde que interessantes para a região.

- Prosseguir os contactos com instituições do Ensino Superior nomeadamente com o ESTGF e Escola Profissional de Felgueiras.

- Reforçar a intervenção no recém-criado CNAP, CPES e na Federação dos Jogos Tradicionais.

Tendo em conta que este Programa está alojado na Federação Portuguesa de Atletismo, faremos chegar à supra a nossa vontade de manter diálogo.

- Promover, mensalmente caminhadas na região.

- Promover ações que venham a ser propostas por outros parceiros institucionais, nomeadamente a C.P.C.C.R.D. e Fundação Inatel.

- Promover ações que venham a ser propostas por outros parceiros institucionais, nomeadamente a Fundação Inatel e outros

4 - Comunicação, informação E imagem

Considerando a importância que esta área tem na divulgação de iniciativas e na recolha de pareceres de criação de novos públicos na nossa atividade, propomo-nos aprofundar:

- Mecanismos de informação com a rádio local, os Jornais locais e nacionais.

- Renovar e manter atualizado o nosso Site/Portal,(www.rfmlixa.pt) quer no aspeto visual, quer no aspeto funcional,

- Melhorar a nossa participação oficial nas redes sociais;

- Disponibilizar as Atas da Direção aos órgãos sociais que o solicitem;

5 - Sustentabilidade financeira do movimento

Quando apresentamos a Aprovação de Contas de 2022, apresentámos aos associados as fragilidades com que nos iríamos debater na questão das receitas sabíamos das dificuldades com que nos iríamos debater ao longo do ano e, nesse sentido, apelávamos à mobilização de todos os Órgãos Sociais.

Ao apresentarmos o Plano de Atividades para o ano de 2025, infelizmente as exigências não são menores, pelo contrário, a própria situação do país a isso nos obriga.

Todos sabemos e temos consciência, que o principal pilar da sustentabilidade financeira da nossa Associação é o apoio das instituições públicas/privadas com base na lei do mecenato.

Com as dificuldades que se avizinham, as despesas agravam-se, o rigor no acompanhamento ao orçamento, agora apresentado, terá que estar sempre na nossa frente, para que todos tenhamos consciência da situação financeira.

ATA Nº 244

Aos dezoito de outubro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma hora, reuniu na sede Social para acertarmos os custos e duscla das acções desenvolvidas de acordo com o Plano de Atividades previstas que estão a ser cumpridas na integra, tendo em vista aos grandes anos.

A Desfolhada, teve um novo desenvolvimento que esteve continua com o apoio da Fundação Inatel que trouxe do Porto, 43 quarenta e três pessoas para assistirem ao espetáculo, que incluiu durante a tarde uma visita ao Paço de Lo de Margaride e ao Museu Passado Presente e Futuro, culminando com umas bifanas em Santa Quiteria. Oferecem à Fundação Inatel, quinze euros por pessoa.

Nada mais havendo a tratar, foi esta reunião encerrada pelas vinte e duas e quarenta e cinco.

A Secretária: Isabela Pereira Cunha Gil

ATA Nº 245

Aos treze de novembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma hora e trinta minutos, reuniu esta Direcção para dar cumprimento a um importante trabalho Associativo que é o P.A.O. - Plano de Atividades e Orçamento que se desenvolve:

- Contar das Janeiras, dia cinco de Janeiro promovido pela E.M.F.
- Dia da Rádio em treze de fevereiro de dois mil e vinte e cinco
- Dia da Europa numa Escola local em vinte de maio
- Festival Folclore "Cidade de Lixa" dia vinte e um de junho.
- Desfolhada no dia onze de outubro
- Jantar de Aniversário em data a designar.

Um Plano de Atividades, obedece a um trabalho comum, sujeito a várias alterações que esperamos se afirmem, tendo em conta o prestigio que o RANCHO FOLCLÓRICO DE LIXA tem no plano Nacional Europeu e Mundial e, se a conjuntura mundial o permitir, (2025) dois mil e vinte e cinco, pode ser a grande internacionalização do RANCHO FOLCLÓRICO DE LIXA.

Aguarda resultados ao proposto, logo no inicio do ano a possibilidade de voltar a U.K. Oxford; possibilidade de atuar na Ilha Terceira antes da Páscoa; A OFICIAIS DA MARINHA na Guiné Bissau, tem a colaboração do Protocolo RANCHO FOLCLÓRICO DE LIXA - ASOFT5.65 e do Cônsul Honorário da Guiné em Portugal (Espinho) que tudo está a fazer para levar a efeito uma Missão muito antes tentada, para levar amor e vontade de bons acordos culturais que nos acreditamos ser possível.

A digressão prevista a Macau e Hong Kong, suportado num convite do nosso amigo ANA MARIA MANHÃ SOU do grupo de Danças e Cantares de Macau, terá provavelmente em breve uma reforço que deverá a bom porto a nossa iniciativa.

O "velho convite" de Folclores do Folclore da África do Sul, presidido pelo nosso amigo José Ferreira, pode em dois mil e vinte e cinco vir também a ser uma realidade.

Para o DIA DE PORTUGAL, está já agendada para Palmeira de Faiscoa a cinquenta por cento, pois é a possibilidade de participarmos no Parade do dia de junho em TORONTO, sujeito a confirmação até trinta de junho.

Temos também que renovar a Utilidade Pública

Até final do ano, preparar o Ato Eleitoral.

Adivinha-se por isso um desafiante ano, onde contamos com a colaboração das Instituições Públicas, de empresas e de todos os etnógrafos da região.

Por ser verdade, lavramos esta importante ATA que será enviada aos Organismos Públicos que connosco colaboram.

Vai esta reunião ser encerrada pelas vinte e três horas e cinquenta minutos, sendo assinada por toda a Direcção.

O Presidente - António José Bessa Carvalho

O Tesoureiro - José Maria do Porto Nunes

A Secretária - Isabela Pereira Cunha Gil

Vogal efetivo - Filipe José Gil Teixeira

Vogal efetivo - Susana Sampaio Soares

Vogal Suplente - José Francisco Sousa Teixeira

Vogal Suplente - Inês do Rosário Teixeira Magalhães

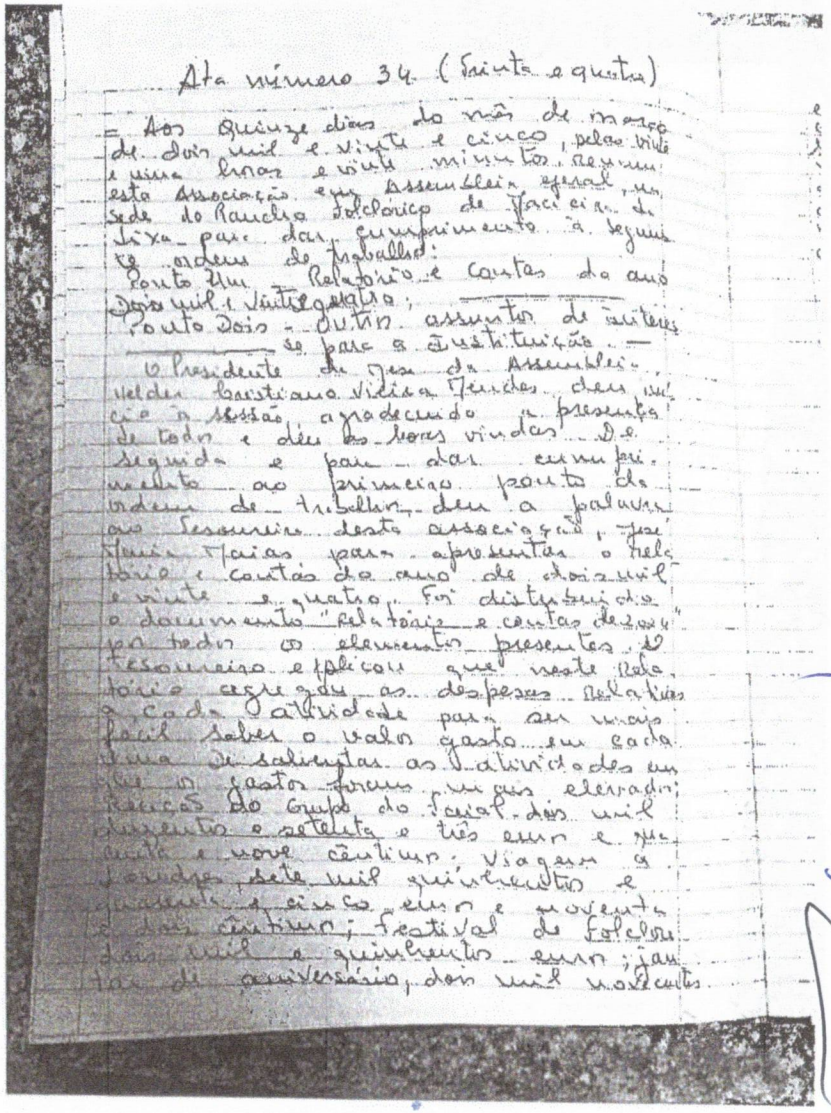
ORÇAMENTO DESPESA - 2025

Contas	Rubricas	Valor
62	**Fornecimentos e Serviços Externos**	
622	Serviços Especializados	
6226	Conservação e Reparação	
	Reparação de Equipamentos	200,00
	Conservação de Trajes	200,00
	Conservação da sede	500,00
6227	Serviços Bancárias	
	Despesas bancárias	120,00
6228	Outros	
	Organização Festival Internacional	3.000,00
	Despesas Diversas	1.600,00
623	Materiais	
6233	Material de Escritório	
	Papelaria	150,00
	Tipografia	350,00
6234	Artigos para oferta	
	Troféus e Medalhas	450,00
6238	Outros	
624	Energia e fluidos	
6241	Electricidade	400,00
6242	Combustiveis	0,00
625	Deslocações, estadas e transportes	
6252	Transportes de Pessoal	
	Transportes	10.000,00
626	Serviços Diversos	
6261	Rendas e alugueres	
	Aluguer aparelhagem som	300,00
	Aluguer Palco Festival	0,00
6262	Comunicação	
	Correio	100,00
64	Gastos de Depreciação e de Amortização	
642	Activos fixos tangíveis	
68	Outros Gastos	
688	Outros	
6882	Donativos	
6883	Quotizações	
	Quotizações de instituições	300,00
	Total de Despesas	**17.670,00**

RANCHO FOLCLÓRICO DE MACIEIRA DA LIXA

Relatório e Contas de 2024

Contas	Rubricas	Valor
62	**Fornecimentos e Serviços Externos**	
622	Serviços Especializados	
6226	Conservação e Reparação	
	Despesas na Sede	0,00
	Reparação de instrumentos	0,00
	Aquisição de Trajes	0,00
6227	Serviços Bancárias	
	Despesas Bancárias	139,58
623	Materiais	
6234	Artigos para oferta	
	Troféus e Medalhas	663,00
6238	Outros	
	Despesa Receção Grupo de Faial	2.273,49
	Despesa Desfolhada	186,82
	Despesa do Magusto	301,52
	Despesa Viagem a Londres	7.545,92
	Despesa Festival Folclore	2.500,59
	Despesa Jantar Aniversário	2.950,95
	Artigos Gráfica	202,18
624	Energia e fluidos	
6241	Electricidade	
	EDP	292,72
6243	Água	
	Câmara Felgueiras	42,62
625	Deslocações, estadas e transportes	
6251	Deslocações e estadas	
626	Serviços Diversos	
6261	Rendas e alugueres	
	Aluguer Aparelhagem Som	150,00
6262	Comunicação	
	Site Rancho	0,00
	CTT	21,10
6263	Seguros	
	Recheio da Sede da Associação	188,28
	Seguro Grupo AC Pessoais	221,82
64	Gastos de Depreciação e de Amortização	
642	Activos fixos tangíveis	
6883	Quotizações	
	Quotas INATEL	50,00
	Quotas CPCCRD	60,00
	Total de Despesas	**17.790,59**



Ata número 34. (trinta e quatro)

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas e vinte minutos, reuniu-se esta associação em assembleia geral, na sede do Rancho Folclórico de Vacaria de Dixa-para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalho:

Ponto Um - Relatório e contas do ano dois mil e vinte e quatro;

Ponto Dois - Outros assuntos de interesse para a Associação. —

O presidente da Mesa da Assembleia, Valdir Bastiano Vidica Mendes, deu início à sessão, agradecendo a presença de todos e dando as boas vindas. De seguida e para dar cumprimento ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, deu a palavra ao tesoureiro desta associação, para que fizesse a apresentação do relatório e contas do ano de dois mil e vinte e quatro. Foi distribuído o documento "relatório e contas de dois" por todos os elementos presentes. O tesoureiro explicou que neste relatório estão registadas as despesas relativas a cada atividade para ser mais fácil saber o valor gasto em cada uma delas. As atividades em que os gastos foram mais elevados foram as do grupo do Ranchinho dois mil dezassete e catorze e três euros e nove cêntimos; viagem a Londres, sete mil quinhentos e quarenta e cinco euros e noventa e dois cêntimos; festival de folclore dois mil e quinhentos euros; jantar de aniversário, dois mil novecentos

Ordem do dia

Ata nº 51
14-05-2025

DESPACHO

Considerando a tradição das festividades pascais se prolongarem até à segunda-feira de Páscoa.

Considerando as deslocações que nesta época são feitas para a celebração da Páscoa em família.

Considerando ainda que a União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos tem vindo a conceder, nos anos anteriores, tolerância de ponto aos trabalhadores na segunda-feira de Páscoa.

Determino, ao abrigo da competência que me é conferida pela alínea e) do artigo 19º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, concessão de tolerância de ponto no próximo dia 21 de abril de 2025.

Macieira da Lixa e Caramos, 15 de abril de 2025.

O Presidente da União
(No uso dos Poderes Delegados na Reunião de Executivo de 22.10.2021)

(Marco César Teixeira da Silva)

Exmo. Senhor
Presidente da Direção do Rancho Folclórico de
Macieira da Lixa
Rua das Pereiras, n.º 130 – Apartado 93
4615-909 LIXA

Sua referência	Sua Comunicação	Nossa Referência	4610 – 116 Felgueiras
		Ofício AM/161	2024.10.15

ASSUNTO: **VOTO DE LOUVOR.**

Em cumprimento do deliberado por esta Assembleia Municipal, na sessão ordinária realizada no passado dia 27 de setembro de 2024, cumpre-me informar V. Ex.ª de que, no "período de antes da ordem do dia" daquela sessão, o Grupo Político Municipal de Coligação SIM ACREDITA – L-PS, apresentou um Voto de Louvor, do seguinte teor:

"Voto de Louvor ao Rancho Folclórico de Macieira da Lixa

O Grupo Sim Acredita-L-PS, vem pelo presente apresentar um voto de louvor ao Rancho Folclórico de Macieira da Lixa, pelos seus 40 anos de existência. O Rancho Folclórico de Macieira da Lixa foi fundado em 1984, por um grupo de Macieirenses ávidos de diversão festiva e gosto pelo folclore, que através da dança, música e vestuário tem levado o bom nome da Freguesia de Macieira, do concelho, pelo País e pelo mundo.

O Rancho Folclórico de Macieira da Lixa representa o Folclore Entre-Douro e Minho, e em 1991, foi admitido como membro efetivo da Federação do Folclore Português.

O Rancho de Macieira da Lixa tem sido um pilar fundamental na dinamização de atividades culturais, proporcionando momentos de alegria e união à comunidade. Através das suas danças, músicas e representações, têm mantido viva a memória coletiva, envolvendo gerações e transmitindo saberes ancestrais.

Destacamos também o empenho e a dedicação dos seus membros, que, com paixão e profissionalismo, têm elevado o nome da nossa freguesia e contribuído para a valorização do folclore português.

Assim, propomos que a Assembleia Municipal reconheça o trabalho meritório do Rancho de Macieira da Lixa, agradecendo por tudo o que têm feito pela cultura local e pela promoção da nossa identidade.

Que o presente voto seja dado conhecimento ao Rancho Folclórico de Macieira da Lixa.".

En Madrid, a 2 de enero del 2025

Como presidente de Grupo Excelencias, es un placer para mí comunicarle que nuestro destacado jurado ha decidido seleccionar su proyecto como

FINALISTA del PREMIO EXCELENCIAS TURÍSTICAS

Rancho Folclórico de Macieira Da Lixa

por

"40 Anos Ao Serviço Da Cultura Popular"

Un jurado formado por personalidades de diferentes países del mundo del Turismo, el Arte y la Gastronomía, encabezados por mi persona como presidente del Grupo Excelencias, ha emitido a través de un voto secreto e inapelable su selección de los finalistas; elegidos de entre un amplio listado de candidatos.

En los próximos días, les comunicaremos si finalmente ha resultado ganador, tras el fallo final del jurado. No obstante, como finalista opta también a ganar el "Premio Excelencias del Público", que se entregará a los proyectos más votados online. (Recibirán un correo con link a las votaciones en cuanto se abra la participación)

Los Premios Excelencias se entregarán en el marco de la Feria Internacional de Turismo de Madrid (Fitur), en su edición 2025. Allí se dan cita personalidades destacadas de la gastronomía, industria turística mundial, así como una gran selección de prensa nacional e internacional acreditada; dando puntual relevancia y cobertura a esta entrega de Premios. Del mismo modo, todos los medios de Grupo Excelencias darán una amplia cobertura antes, durante y después del evento.

La cita es el día miércoles 22 de enero a las 5pm, en Fitur, Auditorio Sur

.

NECESITAMOS POR FAVOR NOS CONFIRMEN SU ASISTENCIA AL EVENTO.

Enhorabuena por su gran labor

José Carlos de Santiago
Presidente Grupo Excelencias

Rancho Folclórico de Macieira da Lixa

ORGÃOS SOCIAIS-2019/2022

Assembleia Geral

Presidente	Helder Cristiano Vieira Mendes
1.º Secretário	Carlos Ademar Moreira Maciel
2.º Secretário	Maria de Lurdes David Fonseca

Direção

Presidente	António José de Bessa Carvalho
Secretária	Anabela Pereira da Cunha Gil
Tesoureiro	José Maria da Costa Maias
1.º vogal efetivo	Filipe José Gil Teixeira
2.º vogal efetivo	Susana Sampaio Soares
1.º vogal suplente	José Maurício Sousa Teixeira
2.º vogal suplente	Inês do Rosário Teixeira Maciel

Conselho Fiscal

Presidente	Alexandra Helena Pires Teixeira
Vice -presidente	Maria de Fátima Freitas Faria
Secretário	Maria de Fátima Lopes Gonçalves Lopes Machado